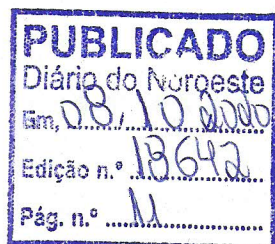


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

Avenida São João, 415 – Centro

LEI Nº 1.308, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.



FIXA O VALOR PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR/RPV, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, NOS TERMOS DO ART. 100, PARÁGRAFOS 3º E 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ. Faço saber que a Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, pelo art. 65, III, da Lei Orgânica, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Santo Antônio do Caiuá, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

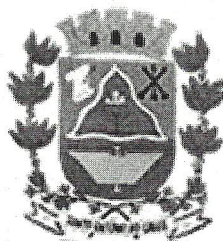
Parágrafo Único - Para fins desta Lei serão consideradas de pequeno valor, para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações da Administração Direta e Indireta do Município de Santo Antônio do Caiuá decorrentes de decisão judicial transitada em julgado cujo valor, devidamente atualizado, não exceda do valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 2º - Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º - A Procuradoria Jurídica do Município ficará atenta, para que nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do Art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do Art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º - As alterações instituídas por esta Lei aplicam-se imediatamente a todos os processos em curso, ressalva das hipóteses de execuções pendentes:

DS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

Avenida São João, 415 – Centro

I – Não impugnadas;

II – Em que rejeitadas, por decisão definitiva, as arguições do executado impugnando o valor do crédito;

III – Nas quais o valor exequendo tenha se tornado incontroverso por transação ou acordo judicial; ou

IV – Em que o credor, na fase de execução, houver manifestado prévia e expressa renúncia ao valor que excedia o limite revogado, nos termos do art. 87, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

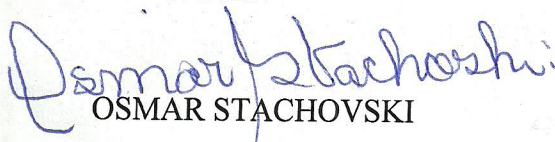
Parágrafo único. Para os fins do caput deste artigo, consideram-se pendentes as execuções já iniciadas por requerimento do credor e nas quais já tenha ocorrido a citação ou intimação da Fazenda Pública para defesa.

Art. 5º - Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 6º - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no Parágrafo Único do art. 1º desta Lei, o pagamento será realizado por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 7º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Caiuá, 07 de outubro de 2020.


OSMAR STACHOVSKI

Prefeito Municipal

